

A Amazônia e a 'teoria da ingerência'

Antonio Amaral De Sampaio

Os países mais desenvolvidos, integrantes do "G-8", empenhados em maximizar seus lucros e em garantir o pleno emprego, por vezes esquecem-se desse materialismo e preocupam-se com outras questões, relevantes ao bem-estar da Humanidade. Dentre estas ressaltamos a preservação do meio ambiente, o combate ao narcotráfico e a defesa dos direitos humanos, com incidência no que tange à situação dos povos primitivos.

É nesse contexto – com referência à devastação florestal e à preservação da pseudocultura ianomâmi – que a Amazônia brasileira ingressa nas cogitações do "G-8". Os dois pontos acima mencionados constituem, quase sempre, pretexto para encobrir a cobiça do capitalismo internacional, com referência à biodiversidade e aos recursos minerais daquela região, esquecida pelo governo federal. Em passado recente, tentativas semelhantes já se haviam manifestado, tais como os planos da multinacional "Ford Motor Company", concernentes à produção de borracha em Clevelândia, o projeto do Hudson Institute, de construção de um lago no meio da floresta, patrocinado por Hermann Kahn, a malograda iniciativa de colonização do vale do Jarí, ensaiada pelo aventureiro Daniel Ludwig, e o estelionato denominado "Hileia", denunciado no Congresso pelo ex-presidente Artur Bernardes.

Tais forças alienígenas, em conluio com algumas "ONGs" e certos cultos religiosos, lucubram, recentemente, a "teoria da ingerência". Conforme esta, os membros mais desenvolvidos da comunidade internacional teriam o direito de intervir nos países do Terceiro Mundo, com a tríplice finalidade de preservar o meio ambiente, garantir os direitos humanos de tribos primitivas e impedir a manutenção de rotas que favoreçam o narcotráfico na demanda dos mercados setentrionais.

Tal formulação ajusta-se perfeitamente à Amazônia brasileira, onde a inoperância federal permitiu a presença de cultos evangélicos suspeitos, a contínua devastação da floresta por madeiras estrangeiras e as veleidades de soberania, inculcadas do exterior, às tribos locais, cujo estágio civilizatório lhes impede de ter a exata noção daquele conceito.

Provém da década de 80 o alerta, originário das Forças Armadas, com referência às ameaças que rondam a referida região. Aí foi voz pioneira o general Rodrigo Otávio, cujas idéias e prestígio trouxeram a transferência da 10ª Região Militar para Manaus, a criação dos batalhões de infantaria da selva e das unidades de fuzi-

leiros navais para o controle da rede potâmica amazônica, das flotilhas fluviais da Marinha de Guerra e da concepção que deu origem ao Sivam, o sistema de fiscalização do tráfego aéreo local.

No governo Sarney, mercê dos esforços do Estado-Maior das Forças Armadas, ecoados pelo general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, a defesa da Amazônia ingressou na pauta das questões prioritárias de segurança nacional. Então o narcotráfico andino interessava-se em abrir, pelo grande rio, outra rota para o abastecimento dos mercados consumidores do norte, as "ONGs" comportavam-se como se estivessem em terra de ninguém, a devastação florestal progredia em ritmo assustador e os falsos missionários, a soldo das empresas e dos laboratórios multinacionais, co-



É confortador verificar que o atual governo se mostrou sensível ao imperativo da defesa da Amazônia

lhiam, para fins industriais, amostras da biodiversidade florestal.

Surgiram aí o projeto Calha Norte, as tentativas de negociar-se pacto regional com os países limítrofes, a transferência de unidades militares para a região e a materialização dos entendimentos para tornar operacional o Sivam.

As contínuas dificuldades orçamentárias impediram a imediata concretização de tais iniciativas. É auspicioso, porém, verificar que o atual governo, sensibilizado pelo imperativo da defesa da Amazônia, está abrindo os olhos para a magna questão e, igualmente, tem promovido, como é de seu dever, a articulação da região com as áreas mais desenvolvidas do País. Como sempre, as Forças Armadas são as pioneiras nesse esforço. Na matéria, tudo o que se puder fazer ainda é pouco.

Antonio Amaral De Sampaio é embaixador e diplomata aposentado. Este artigo reflete opinião pessoal.

111119

Documentação

Fonte: JF (Antigos)

DATA: 3/7/2002 Pg. 12

Class: 18.